

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

**Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes
caboverdianas**

Women in the University of Coimbra: the case of the first Cape Verdean students

Les femmes à l'université de Coimbra: le cas des premiers étudiants capverdiens

**Mujeres en la universidad de Coimbra: el caso de los primeros estudiantes
caboverdianos**

Irene Vaquinhas
Universidade de Coimbra-Centro de História da Sociedade e da Cultura
irenemcv@fl.uc.pt

Resumo: Neste artigo é analisado o ingresso das primeiras mulheres na Universidade de Coimbra, a cronologia da sua entrada, principais opções em termos de cursos e reações suscitadas, sobretudo, os preconceitos relativamente à “mulher estudante”. Especifica-se, com maior detalhe, o caso das primeiras estudantes caboverdianas, enquadrando-o no contexto mais geral do acesso ao ensino superior na cidade de Coimbra por parte de estudantes das ex-colónias, cuja entrada coincide com o início do Estado Novo e a intensificação de fluxos migratórios entre a metrópole e as antigas colónias africanas. Procedeu-se igualmente à sua caracterização sociológica e esboçam-se alguns aspectos dos respetivos percursos académicos. Como metodologia de trabalho recorreu-se ao cruzamento de fontes (manuscritas e impressas), em particular, documentação disponível no Arquivo e Bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Palavras-chave: Mulheres; Universidade de Coimbra; Cabo Verde; Estudantes.

Abstract: This paper studies the entry of the first women to the University of Coimbra, the chronology of their admission, their main course choices and the reactions to this, especially the prejudice towards the “female student”. The case of the first female Cape Verdean students is analysed in detail and framed in the broader context of the access to higher education in the city of Coimbra by female students from the former Portuguese colonies. Their admission coincides with the beginning of the Estado Novo regime and the increase in migration flows between Portugal and the former African colonies. This paper also presents a sociological characterization of these students and outlines some aspects of their academic careers. The work methodology adopted established a cross-reference between manuscript and printed sources, particularly documents available in the Archive and Libraries of the University of Coimbra.

Keywords: Women; University of Coimbra; Cape Verde; Students.

Résumé : Dans cet article nous avons analysé l’admission des premières femmes à l’Université de Coimbra, la chronologie de leur entrée, leurs principales options en ce qui concerne les cursus choisis et les réactions soulevées, surtout en matière de préjugés au sujet de la « femme étudiante ». Nous précisons, plus en détail, le cas des premières étudiantes capverdiennes, l’encadrant dans le contexte plus général de l’accès à l’enseignement supérieur à Coimbra par les étudiants des anciennes colonies, d’où leur admission coïncide avec le début de l’État Nouveau (Estado Novo) et l’intensification de flux migratoires entre la métropole et les anciennes colonies africaines. Nous effectuons aussi à leur caractérisation sociologique et nous esquissons certains aspects des respectifs parcours académiques. Comme méthode de travail, nous avons

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

recouru au croisement de sources (manuscrites et imprimées), en particulier, en ce qui concerne la documentation disponible dans les Archives et à la Bibliothèque de l'Université de Coimbra.

Mots-clés : Femmes ; Université de Coimbra ; Cap-Vert ; Étudiantes.

Resumen: En este artículo se analiza el ingreso de las primeras mujeres en la Universidad de Coimbra, la cronología de su entrada, las reacciones que suscitó, cuáles fueron las carreras universitarias por las que optaron, y especialmente, los prejuicios respecto a la “mujer estudiante”. Se especifica, con mayor detalle, el caso de las primeras estudiantes caboverdianas, encuadrándolo en el contexto más general del acceso a la enseñanza superior en la ciudad de Coimbra por parte de estudiantes de las excolonias, cuya entrada coincide con el inicio del Estado Novo y la intensificación de los flujos migratorios entre la metrópoli y las antiguas colonias africanas. Se procede también a su caracterización sociológica y se esbozan algunos aspectos de los respectivos recorridos académicos. Como metodología de trabajo se recurrió al cruce de fuentes documentales (manuscritas e impresas), disponibles en el Archivo y en las Bibliotecas de la Universidad de Coimbra.

Palabras clave: Mujeres; Universidad de Coimbra; Cabo Verde; Estudiantes.

Em meados do século XIX, quando se davam os primeiros passos na criação de uma rede pública escolar, um dos autores que mais se bateu pela expansão do ensino primário feminino - D. António da Costa (1824-1892), o primeiro titular da pasta da Instrução Pública em Portugal no ano de 1870 (Simões, 1963: 722) - excluía as mulheres do ensino superior, fundamentando o seu pensamento no seguinte:

"[...] sinceramente suponho, em meu humilde parecer, que a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza [...] Cumpre à mulher educar o homem, não lhe cumpre ser educada como ele. É indispensável que exista a igualdade dos sexos, mas por um princípio natural, e não artificial. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia, teria de endurecer o coração para afrontar o duro coração do seu adversário, teria de enodoar-se nas intrigas eleitorais, de corromper-se na luta prática das assembleias políticas, de converter as doces qualidades do sentimento no rancor das paixões [...]" (1892: 411-412; 419).

De acordo com o ponto de vista expresso, bastante comum ao tempo, o prosseguimento de uma carreira científica (ou política), por parte das mulheres, implicava a sua masculinização e a alteração da sua verdadeira natureza. Com base nesse tipo de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

argumento – científico, cultural ou outro – as jovens eram desencorajadas a continuarem a sua instrução para além da escolaridade básica (Vaquinhas, 2005: 73-75)¹.

As fracas taxas da alfabetização feminina refletem esse contexto desfavorável, acusando o peso do analfabetismo, o qual, embora abrangesse a maioria da população portuguesa, era mais penalizador para com as mulheres. De acordo com os recenseamentos populacionais, estudados por António Candeias e a sua equipa, em 1890 apenas 16% da população feminina maior de sete anos era escolarizada², ou seja, 8 em cada dez portuguesas era analfabeta (Candeias, 2004: 105). Em 1930, o panorama não era mais animador: a taxa de alfabetização relativa à população feminina com idade superior a dez anos de idade alcançava apenas 31% das mulheres (Candeias, 2004: 137; Guinote, 1997: 46).

Porém, paradoxalmente, o texto atrás referido será publicado no mesmo ano - 1892 - em que uma mulher, pela primeira vez na história do ensino superior português, ingressa numa universidade a fim de frequentar um curso. Tratava-se de Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho (1871-1966), uma jovem de 20 anos de idade, natural do concelho da Feira, que se inscreve, depois de solicitar autorização às autoridades académicas para o fazer, no curso de Matemática da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1891-1892, o qual concluirá em 1894, terminando, nos anos de 1895 e de 1904, respetivamente, as licenciatura em Filosofia e em Medicina (Gomes, 1987: 9-12; Gomes, 1991: 35-55). De 1891 a 1896, Domitila manteve-se como a única aluna da Universidade de Coimbra e só a partir do ano letivo de 1896-1897 passaria a contar com outras companheiras nas salas de aula (Gomes, 1987: 11-12; Guinote, 2003: 176-181; Mariano, 2011: 128-130).

Ao longo do século XIX e até à implantação da República, em 1910, a única universidade que existia no país era a de Coimbra. Portugal dispunha, no entanto, de estabelecimentos de ensino superior nas cidades de Lisboa e do Porto, entre os quais, as

¹ Uma primeira versão deste estudo foi apresentada no Ciclo de Conferências Olhares Cruzados Religião, Identidade e Relações de Poder no Cabo Verde Colónia, na Universidade de Santiago, Assomada (Cabo Verde), a 15 de Abril de 2014.

² Como assinala António Candeias, “a entrada no mundo letrado via escola é apenas uma das muitas possíveis” (Candeias, 2004: 43).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Academias Politécnicas e as Escolas Médico-Cirúrgicas. Anos antes, no ano letivo de 1884-85, uma jovem matriculara-se na Academia Politécnica do Porto nas cadeiras preparatórias que davam acesso à Escola Médico-Cirúrgica, dessa cidade, que começa a frequentar a partir do ano de 1886, terminando o curso em 1891 (Santos, s. d.: 11-12), precisamente no mesmo ano em que Domitila ingressa na Universidade de Coimbra.

A partir da década de 1890, embora muito lentamente, o corpo discente da Universidade de Coimbra caminha para uma progressiva feminização. Sem a preocupação de exaustividade nas razões dessa incorporação podem-se invocar alguns factores: a importância atribuída às funções tradicionais da mulher no seio da família, sobretudo como educadora e responsável pela formação das futuras gerações; a promulgação, a 9 de Agosto de 1888, da legislação que criava o ensino secundário feminino, o qual não só abria um novo campo profissional como reconhecia implicitamente a possibilidade de se poder dar continuidade a estudos de nível superior (Vaquinhas, 2005: 73-83). Acresce a esses motivos, a procura de mão-de-obra feminina qualificada e as crescentes necessidades laborais das classes médias com a conseqüente entrada das mulheres no mercado de trabalho³. Por outro lado, a certificação escolar criava condições para a autonomia feminina e para o desempenho de cargos fora do lar, uma vez que os diplomas adquiridos habilitavam para o exercício profissional, sendo ainda condição de acesso ao funcionalismo público.

É, porém, já no decurso das últimas décadas do século XX que se acelera o ingresso feminino na Universidade de Coimbra, acompanhando movimento idêntico nas restantes universidades nacionais, decorrente, em parte, do impacte alcançado pela reforma geral do ensino de Veiga Simão, promulgada em 25 de Julho de 1973 (Stoer, 1983: 793-822)⁴. Entre 1970 e 1988, num contexto geral de acréscimo de matrículas, a

³ De acordo com Helena Saavedra Mitjans, a explicação para o ingresso das mulheres nas universidades no período franquista “se sustenta en base a la combinación e interrelación de distintos factores espaciotemporales: el contexto familiar (entorno familiar), el contexto educativo (formación académica recibida y heredada), el contexto político (política educativa y universitaria), el contexto sociocultural (convenciones sociales y mentalidades), el contexto sociopolítico (movilización estudiantil y docente como formas de socialización específicas) y el contexto económico (cambios producidos a demanda de las necesidades derivadas de la política económica desarrollista)” (Saavedra Mitjans, 2016: 512).

⁴ Sobre o assunto, em particular, a “democratização” e as medidas tomadas no setor universitário proporcionadas por esta reforma veja-se também Rias, 2012: 213-222.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

percentagem mais significativa diz respeito ao número de alunas que aumentou, naquele período, 74,3%, contra 43,1% de alunos (Cravidão, 1991: 199; 206).

Foi no ano letivo de 1983-84 que, na história da Universidade de Coimbra, o número de alunas superou o de alunos inscritos: 6890 raparigas contra 5813 rapazes (Cravidão, 1991: 206). Nos anos imediatos os números oscilam, e, decididamente a partir do ano lectivo de 1987-1988, o número de alunas é superior ao dos alunos, tendência que se mantém na última década do século XX, verificando-se, nesse mesmo período, entre as alunas, os melhores resultados escolares. Relativamente ao ano lectivo de 1987-1988, o sucesso escolar feminino, estimado a partir da obtenção da licenciatura, é de 55,7% enquanto o masculino se salda por 44,3% (Anuário da Universidade de Coimbra, 1985-1986: 636-637). Coincidência ou não, data precisamente do ano de 1987 a primeira figuração de uma estudante nos cartazes da Queima das Fitas⁵, o que se afigura estar relacionado com diretivas e recomendações da União Europeia, na qual Portugal acabara de entrar (1986), no sentido da igualdade de género. Até essa data, a mulher era, sobretudo, representada na qualidade de acompanhante de estudantes, como tricana de Coimbra ou como alvo de baladas românticas, no quadro de serenatas, figurando em janelas e varandas, a exemplo dos cartazes de 1942, de 1944 e de 1948 (*Queima das fitas*, 1987).

A feminização da Universidade de Coimbra enquadra-se no movimento geral que atinge todo o ensino superior em Portugal e que se acelera a partir dos anos sessenta do século XX (Gariso, 1999: 8)⁶. Segundo António Nóvoa, a percentagem de mulheres no ensino superior elevou-se de 29,5%, em 1960-61, para 44,4%, em 1970-71 (Nóvoa, 1996: 305-307). A feminização das universidades é, aliás, segundo António Barreto, uma das características “mais curiosas e radicais” da sociedade portuguesa desde os anos sessenta à actualidade (1996: 21), o que tem permitido às mulheres recuperar da desigualdade de que foram alvo na educação formal do passado. Trata-se de um fenómeno que tem suscitado muitas interrogações e que parece estar relacionado com a existência de práticas

⁵ Convém também salientar que, de 1969 a 1980, não se realizou a tradicional festa estudantil da Queima das Fitas, em virtude do luto decidido na sequência da crise académica de 1969.

⁶ Segundo António Nóvoa, o ano letivo de 1960-1961 corresponde ao momento da viragem no sentido do crescimento dos alunos do ensino superior (Nóvoa, 1996: 306).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

discriminatórias no mercado de emprego, obrigando as jovens a reforçarem o seu capital educativo. No contexto das coordenadas nacionais que delimitam o ingresso feminino no ensino superior, a Universidade de Coimbra é, segundo Elísio Estanque, no ano de 2000, predominantemente feminina: 60% de alunas e 40% de alunos, em números redondos (Santos, 2000). Por outras palavras, de elemento minoritário, senão mesmo excepcional em algumas áreas do saber, as mulheres tornaram-se maioritárias nos corpos discentes.

O ingresso das mulheres na Universidade de Coimbra é, na verdade, um fenómeno recente, com pouco mais de cem anos. Enquadra-se, no entanto, numa história mais vasta que é a do acesso das mulheres à instrução e que constituiu uma das principais reivindicações pela qual se bateram homens e mulheres desde meados do século XIX e um dos elementos chave através do qual se forjou a cidadania feminina e a intervenção das mulheres no espaço público.

Quem foram, pois, as pioneiras? Quais as licenciaturas escolhidas? Como é que foram recebidas? Quando é que as primeiras estudantes caboverdeanas ingressaram na Universidade de Coimbra? Estas são algumas das questões a que se procurará dar respostas.

As pioneiras

Segundo reza a tradição, no século XVI, uma jovem, de nome Públia Hortense de Castro (1548-1595), natural de Vila Viçosa, terá frequentado disfarçada de homem, a Universidade de Coimbra, segundo alguns autores, ou a Universidade de Salamanca, segundo outros. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a ela se refere na sua obra *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas* citando André de Resende que a qualifica como “aquella que arrebatou um auditorio selecto de doutos latinista, e que reis, principes e embaixadores iam ouvir [...]” (Vasconcelos, 1994: 109). Ficou conhecida como uma mulher erudita, tendo ingressado no Convento do Menino Jesus da Graça, em Évora e, na clausura conventual, faleceu em 1595, com 47 anos. A ser verdade o descrito, trata-se de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

um caso singular, difícil de comprovar historicamente⁷, embora, para Espanha, esteja documentada a presença feminina nas universidades de Alcalá de Henares e de Salamanca, quer como alunas, durante o humanismo renascentista, quer como docentes (Guil Bozal; Flecha Garcia, 2017: 128)⁸. Contudo, em Portugal é preciso esperar alguns séculos para que as mulheres comecem a frequentar a universidade.

Na segunda metade do século XIX, anos antes da matrícula de Domitila de Carvalho, detectam-se alguns registos femininos na documentação da universidade de Coimbra. Trata-se de pedidos feitos por algumas mulheres, com idade superior a 25 anos e experiência de “prática farmacêutica”, por um período igual ou superior a 8 anos, que solicitam a sua admissão a exame na Faculdade de Farmácia. Em caso de aprovação, podiam obter carta de curso, ficando habilitadas ao exercício da profissão de farmacêutica. O pedido mais antigo data de 1869 e foi feito por uma jovem do concelho de Lavos (Figueira da Foz), filha e familiar de farmacêuticos, de seu nome Maria José da Cruz de Oliveira e Silva (Bandeira; Pita, 1990: 21-28).

O ineditismo do pedido terá obrigado a reitoria da Universidade a pedir instruções superiores, sobre como proceder, tendo sido promulgada, em sua sequência, uma portaria emitida pelo Ministério do Reino e assinada pelo Marquês de Loulé, com data de 25 de Outubro de 1869, onde se fundamenta a aceitação do pedido feito com base nos seguintes argumentos:

“Considerando:

|...| no exemplo das nações mais adiantadas onde é garantido a ambos os sexos o direito de exercer a arte de curar chegando a haver mulheres muito distintas |...|

|...| não haver lei nenhuma, no país, que proíba às mulheres o estudo da medicina ou da farmácia, nem incompatibilidade da prática farmacêutica com o sexo feminino;

|...| a suplicante provou ter bom comportamento, mais de oito anos de prática farmacêutica em oficina particular |...|

|...| Conformando-se com a consulta ao Conselho Geral da Instrução Pública |...|

⁷ Em Espanha é conhecido o caso de Concepcion Arenal que, no século XIX, se vestia de homem para assistir a aulas na Faculdade de Direito.

⁸ Entre os casos mais conhecidos, destaca-se o de Beatriz Galindo, que ficou conhecida como *La Latina*. No século XVIII também uma mulher se formou na Universidade de Alcalá de Henares.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

seja admitida a fazer exame de farmácia, como solicita, na Universidade de Coimbra [...]”⁹.

A jovem acima mencionada foi a primeira mulher a obter o diploma de farmacêutica pela Universidade de Coimbra, o que a igualava a qualquer boticário diplomado. Ao nível internacional trata-se de uma decisão que tem paralelismo em outras instituições do ensino superior europeias: a 1ª universidade francesa a permitir o ingresso feminino foi a de Lyon, em 1863, enquanto em Paris, na universidade da Sorbonne, as primeiras matrículas datam do ano de 1867, na área das ciências (Lécuyer, 1996: 167). Já em Espanha, foi na universidade de Barcelona, no ano lectivo de 1872-1873, que se matriculou pela primeira vez uma mulher, Elena Maseras Ribera de seu nome, dando início aos seus estudos em Medicina (Ballarín Domingo, 2010: 224).

Na sequência de deferimento do referido caso, sucedem-se outros pedidos semelhantes, tendo feito exame, no terceiro quartel do século XIX, no Dispensário Farmacêutico da universidade de Coimbra, nove mulheres. A necessidade de neutralizar o exercício de certas atividades por curandeiros e curiosos iria determinar a concessão, pela Universidade de Coimbra, de “cartas de licenciados menores” a enfermeiras¹⁰, a parteiras (desde 1836) e a dentistas (desde 1870), exigindo-se apenas a frequência e exame de algumas cadeiras consideradas indispensáveis à habilitação para o respetivo exercício. A sua prática por mulheres está documentada no espólio arquivístico, remontando as informações mais antigas a 1826, para a enfermagem, ao ano de 1874, para a profissão de parteira, e ao de 1911 para a de dentista¹¹. Nenhuma mulher, porém, frequentou, de uma

⁹ AUC, Processos de cartas de curso (SR), 3.ª série, cx. 68 (Farmácia, 1869).

¹⁰ As “cartas de licenciados menores concedidas” a “ministrantes” foram permitidas pelos decretos de 5 e 9 de Dezembro de 1836, posteriormente anuladas pelo decreto de 26 de Abril de 1842 e repostas pelo decreto de 22 de Junho de 1870, década em que se criam também os cursos para dentistas, por portaria de 13 de Julho de 1870 enquanto, em simultâneo, se extingue a “classe dos sangradores”. Sobre o assunto, veja-se Carneiro, 2008: 239-240.

¹¹ No caso da enfermagem, o registo mais antigo data de 1826 (AUC, Tabela Justinião Xavier Pinto da Silva (F); Livros de escrituras, 1826, fl. 85-85v). No caso da profissão de parteira, a data mais recuada é do ano de 1874 (AUC, Processos de Carta de curso (SR), 1874 – Parteira). Quanto ao primeiro exame para dentista feito por uma mulher ocorreu no ano de 1911 (AUC, Registo de exames de Dentistas e Parteira (1909-1930), fl. 16v.). Os documentos mencionados integraram a *Exposição documental Raras e discretas: as primeiras mulheres na Universidade de Coimbra*, realizada no AUC, a 26 de Abril de 2017, no âmbito da 19ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, tendo sido cientificamente coordenada por Irene Vaquinhas e Ana Maria Bandeira.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

forma regular e sistemática, a universidade. A primeira a fazê-lo foi, como se salientou, Domitila de Carvalho, a qual, a exemplo das suas antecessoras, teve de pedir autorização superior para frequentar a universidade, a qual lhe foi concedida pelo Ministro da Instrução Pública e Belas Artes, tendo-lhe sido, no entanto, dada “dispensa de usar o traje académico, mas obrigando-se a apresentar-se nas aulas e em todos os actos académicos honestamente vestida de preto, com fato próprio do seu sexo” (Gomes, 1991: 41), de forma a não se demarcar dos restantes estudantes trajados com o tradicional hábito académico negro. Aliás, Afonso Lopes-Vieira no prefácio que redigiu ao seu livro de versos refere a sua indumentária ao escrever: “[...] Eu me recordo [...] da graça moderna que imprimia á velha escola o seu vestido preto de estudanta” (Lopes-Vieira, 1909: 9). Subsidiada pela Sociedade Filantrópica da Universidade, Domitila distinguir-se-á pela sua inteligência e aplicação, o que lhe mereceu uma bolsa de estudos concedida pela rainha D. Amélia aquando da sua visita a Coimbra em Julho de 1892¹². Por diversas vezes manifestará gratidão à sua protetora, a quem dedica alguns livros, e será, anos mais tarde, intermediária no contacto com Oliveira Salazar quando a antiga rainha visitará Portugal no ano de 1945. Terminou todos os seus cursos com notas elevadas, tendo obtido, no seu último ano de Medicina, a maior classificação alcançada nesse curso, o que levaria a imprensa do tempo a considerá-la “um talento superior, privilegiado e raro, [...] com um talento especial para o estudo”¹³. Começaria de imediato a trabalhar, tendo sido nomeada, em 1905¹⁴, diretora (depois reitora) do 1º liceu feminino português – o Liceu Maria Pia, em Lisboa, renomeado mais tarde Liceu Maria Amália. A par destes cargos, exerceu também medicina, bem como funções administrativas, integrando grupos de decisão em matéria educativa (escolha de livros para o ensino secundário, entre outros aspetos). Pertenceu à elite feminina do Estado Novo tendo sido uma das primeiras deputadas portuguesas na Assembleia Nacional¹⁵. Foi designada em 1935 e deve-se à sua iniciativa

¹² “Caridade regia”, *Instituições Christãs*, nº 3, X Anno, 5 de Agosto 1892, 2ª serie, 92.

¹³ *Gazeta da Figueira*, 3 de Agosto de 1904.

¹⁴ “A Sra. D. Domitila Miranda de Carvalho vai ser nomeada diretora da Escola D. Maria Pia, em Lisboa”, *Gazeta da Figueira*, 22 de Março de 1905.

¹⁵ Domitila de Carvalho apresentou, no contexto da 1ª legislatura do Estado Novo, a sua primeira proposta (um projeto lei sobre a introdução do ensino de higiene e puericultura nos liceus femininos) em 22 de

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

o “Curso de Higiene Geral e Puericultura”, contemplado no plano de estudos do ensino secundário feminino. Entre as suas obras contam-se várias de índole pedagógica (Remédios, 2005: 284-285).

Até à implantação da República foram em número muito escasso as mulheres que frequentaram a Universidade de Coimbra: apenas o fizeram 23 jovens que se matricularam sobretudo em cursos da área das ciências: medicina, matemática, farmácia e no curso de parteiras ou de obstetrícia (Gomes, 1987: 22-23). É já no quadro da 1ª República que se dão algumas mudanças significativas no que respeita ao ingresso feminino nesta universidade: é o caso, por exemplo, da Faculdade de Direito que abre as suas portas às mulheres, tendo sido Regina da Glória de Magalhães Quintanilha (1893-1967) a 1ª estudante a matricular-se no curso de Direito, no ano letivo de 1910-1911 (Gomes, 1991, 57-73). Só, porém, a partir de 1918 (decretos nº 4676 de 11 de Julho de 1918 e nº 5625 de 10 de Maio de 1919), por legislação promulgada por Sidónio Pais, é permitido à mulher “munida de uma carta de formatura em direito [...] o exercício da profissão de advogado, de notário e ajudante de notário” (Gariso, 1999: 4; 86). Trata-se de um novo quadro legislativo que vem possibilitar ao sexo feminino o desempenho de algumas – poucas – funções de carácter público bem como o exercício de profissões liberais¹⁶.

É também no decurso destes anos que uma mulher é escolhida pelos seus pares para os representar: trata-se da “galante aluna”, como a imprensa a identificava, Maria da Conceição do Sameiro Ferro, estudante da Faculdade de Medicina, eleita pelos seus colegas para os representar na Assembleia Geral da Universidade (Colaço, 1912: 160). Em estreito paralelismo com o seu aumento numérico, as mulheres começavam a ter intervenção na vida académica. Data também do ano de 1920, a fundação da “1ª residência universitária feminina independente” por três jovens estudantes (de Letras e de Ciências Físico-Químicas): Dionísia Camões, Maria Teresa Cabral da Silva Basto e Maria

Fevereiro de 1935 (Sousa, 1986: 431). Para mais informações sobre esta autora veja-se também Carvalho, 2004; Carvalho, 2012: 69-90 e Mariano, 2017: 93; 172.

¹⁶ A magistratura só abrirá as suas portas ao sexo feminino depois do 25 de Abril de 1974. Em França, a carreira da advocacia é permitida às mulheres desde 1901; na Suécia desde 1897; em Itália, desde 1919. Em Poerugal, o notariado alagar-se-á às mulheres a partir de 1919.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Virgínia de Abreu Ferreira de Almeida, às quais se juntaria, pouco depois, uma quarta estudante, Elisa Augusta Vilares. Designada pelas próprias, em tom satírico, *república*, a residência situava-se aos Palácios Confusos. Criaram também numa espécie de “diário de bordo”, no qual colaboravam alternadamente. Mais tarde, fundariam também o *Centro Académico Feminino Católico*, do qual Dionísia Camões seria a 1ª presidente, e, por iniciativa desta instituição, mais duas residências femininas, as quais suscitaram grande entusiasmo e afluência no meio universitário, tendo a particularidade de serem geridas pelas próprias estudantes. Obedeciam ao confessado intuito de “integrar as utentes no sentido doméstico, de tal modo que [...] finalizados os estudos [as raparigas] fossem ao mesmo tempo capazes de dominar o governo de uma casa”, ou seja, preparar as jovens para os saberes domésticos e para o seu papel de dona de casa (Torgal, 1999: 14).

A partir dos Anuários da Universidade de Coimbra, que se começaram a publicar, de uma forma mais ou menos regular, a partir de finais da década de 1930¹⁷, é possível ter uma ideia aproximada das principais opções femininas em termos de cursos. Nas décadas de 1940 e de 1950, as raparigas foram maioritárias nas Faculdades de Letras (valores superiores a 50%) e de Farmácia, alcançando taxas de 64% e 71,3% nas décadas referidas. Já em Direito, Medicina e Ciências eram em número reduzido, verificando-se um grande desequilíbrio no acesso a estas Faculdades (Quadro nº 1).

	1940-49	1950-59
Letras	53.1	63.4
Direito	8.6	8.7
Medicina	6.4	13.9
Ciências	sem ident.	26.5
Farmácia	64	71.3

¹⁷ Na década de 1930 apenas foram publicados os Anuários referentes aos anos letivos de 1938-1939 e 1939-1940. Sobre o assunto, veja-se Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade [...]*, 89-90. As informações prestadas pelos Anuários não são necessariamente coincidentes com as que são fornecidas pela documentação disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra, tendo-se detetado algumas incongruências e omissões. Optou-se, como fonte principal de pesquisa, pelas Certidões de idade, que todos os alunos eram obrigados a entregar no momento da inscrição, bem como pelos Livros de Registo das Inscrições.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Total	sem ident.	33.3
-------	------------	------

Quadro nº 1 – Distribuição das alunas da Universidade de Coimbra por Faculdade nas décadas de 1940 e 1950 (valores percentuais)

Fonte: Gomes, 1987; Gariso, 1999.

Tanto os cursos de Letras como de Farmácia eram considerados, ao tempo, tendencialmente femininos, tendo o primeiro, como principal saída profissional, a docência. Já nas Faculdades de Direito, de Medicina e de Ciências, o público estudantil era predominantemente constituído por rapazes, estando as raparigas em franca minoria.

As primeiras estudantes das antigas colónias na Universidade de Coimbra: o caso das alunas naturais de Cabo Verde

Quanto às estudantes caboverdianas, a pesquisa incidiu no período de 1901 a 1951, tendo-se recorrido a fontes manuscritas disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)¹⁸, as quais foram cruzadas com fontes impressas, em particular os Anuários da Universidade de Coimbra¹⁹, estando alguns anos acessíveis *on line* a partir da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Os dados recolhidos permitem concluir que é já em pleno Estado Novo, no ano letivo de 1936-1937, que ingressa na Universidade de Coimbra a primeira estudante natural de Cabo Verde, de seu nome Maria do Carmo Antunes Baptista, natural da cidade da Praia. Fez o exame de aptidão a Ciências, no ano de 1936, matriculando-se no curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências que concluiu a 31 de Julho de 1940²⁰ (Quadro nº 2).

	Certidão	Nascimento	idade	Ano ingresso	Cursos
--	----------	------------	-------	--------------	--------

¹⁸ Em particular os seguintes núcleos documentais: Certidões de Idade 1901-1925; 1926-1951; 1952-1959; Cartas de Curso; Livros de Matrículas (1949-1954) e Livros de Inscrições (1942-1959).

¹⁹ Foram consultados os *Anuários da Universidade de Coimbra*, em especial dos seguintes anos: 1938-1942; 1948-1959; 1985-1986 (Coimbra: Universidade de Coimbra).

²⁰ AUC, Carta de Curso.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Maria do Carmo Antunes Baptista	1936	1915	21	1936-37	Ciências Biológicas
Clarisse Silva Monteiro	1935	1916	19	1941-42	Filologia Românica
Nídia Barbosa	1942	1917	25	1942-43	Ciências Pedagógicas
Maria Luísa Tavares de Sousa	1942	1921	21	1948-49	Filologia Românica Ciências Pedagógicas
Graciete Geraldina Monteiro Ramos de Sousa	1949	1919	30	1949-50	Filologia Germânica Ciências Pedagógicas
Armanda de Jesus Rodrigues	1951	1933	18	1951-52	Ciências Pedagógicas
Lídia Vieira Oliveira Duarte	1951	1930	21	1951-52	sem identif.
Maria Dulce de Oliveira Almada	1951	1933	18	1951-52	Filologia Românica
Maria do Rosário de Almeida Gominho	1951	1923	28	1951-52	sem identif.
Noémia Simões Soares Carvalhal	1952	1923	29	1952-53	Ciências Pedagógicas
Diana Barbosa	1953	1934	19	1953-54	Ciências Matemáticas
Maria Fernanda de Menezes Marques	1953	1934	19	1953-54	Filologia Germânica Ciências Pedagógicas
Maria da Luz Freire de Andrade	1954	1934	20	1954-55	Ciências Históricas e Filosóficas Ciências Pedagógicas
Alda Brito Fonseca	1954	1920	34	1954-55	sem identif.
Aldegundes Gabriela Brito Lima	1957	1938	19	1957-58	Ciências Biológicas
Celeste Pinto Costa	1957	1935	22	1958-59	Filologia Germânica
Maria Luísa Ferro Ribeiro	1958	1936	22	1958-59	Ciências Geográficas Ciências Pedagógicas
Florentina Miquelina Moreno	1958	1931	27	1958-59	sem identif.
Maria de Lurdes Sousa Malheiro	1959	1935	24	1959-60	Ciências Matemáticas

Quadro nº 2 – Primeiras estudantes caboverdeanas da Universidade de Coimbra (1936-1960)

Fonte: AUC: Certidões de idade; Livros de Inscrições; Anuários da Universidade [...]

Até ao ano de 1959-1960 ingressam na Universidade dezanove alunas, mais precisamente cinco no período de 1936-1950, aumentando o seu número a partir do ano letivo de 1951-52 até ao fim da década de 1950. Quanto à naturalidade, a maioria nasceu nas ilhas de Santiago e de São Vicente (Quadro nº 3).

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Ilhas	Nº	%
São Nicolau	4	21,1
Fogo	2	10,5
Santiago	5	26,3
São Vicente	8	42,1
TOTAL	19	100

Quadro nº 3 – Ilhas de naturalidade das estudantes caboverdianas (1936-1959)

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

É, por conseguinte, a partir dos anos 1940 que se começa a verificar o ingresso de alunas de origem caboverdiana, acelerando-se na viragem da década. Embora constituam um grupo numericamente escasso, mesmo no quadro das estudantes provenientes das antigas colónias, predominantemente de Angola e de Moçambique (Quadro nº 4), a sua presença em Coimbra parece assinalar a importância do investimento na qualificação académica como factor de ascensão e de mobilidade social bem como factor de acesso a funções nos serviços públicos refletindo, igualmente, a qualidade do ensino secundário praticado em Cabo Verde. Aliás, tem sido referido, em diversos estudos, o papel do Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Infante D. Henrique) “na formação das elites crioulas, parte da qual se destacou durante a luta pela independência” (Ramos, 2001: 12). Maria da Luz Ramos reforça este papel ao mencionar que aquele “estabelecimento de ensino está intimamente ligado à trajectória da elite cabo-verdiana, praticamente, deste a sua emergência” (2010: 11).

Tendo começado a funcionar no ano de 1917, aquele estabelecimento de ensino singularizou-se, entre outros aspetos, por permitir o ingresso de estudantes do sexo feminino e por ter, no seu corpo docente, algumas professoras (Ramos, 2001: 14).

Ex-colónias	Nº	%
-------------	----	---

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Angola	81	49,1
Moçambique	49	29,7
Macau	12	7,3
Cabo Verde	9	5,5
São Tomé	7	4,2
Índia	5	3,03
Guiné	2	1,2
TOTAL	165	100

Quadro nº 4 - Proveniência das estudantes das ex-colónias (1901-1951)²¹

Fonte: AUC, Certidões de idade |...|

Aliás, é já nos anos cinquenta que se verifica o aumento dos efetivos estudantis do sexo feminino provenientes das antigas colónias portuguesas, o que parece estar relacionado com o incremento dos movimentos migratórios entre a metrópole e as colónias. O termo da 2ª Grande Guerra (a qual afetou negativamente os transportes marítimos sobretudo no Oceano Atlântico), bem como o “crescimento económico das colónias, tornando-as atrativas aos olhos de potenciais emigrantes e a política de colonização conduzida pelo governo de Lisboa no sentido de valorização dos territórios ultramarinos pelo aumento da população branca” (Castelo, 2005: 2015-217), traduziu-se na intensificação do movimento populacional nos dois sentidos (metrópole-colónias)²², com impacte no ingresso do contingente estudantil na Universidade de Coimbra (Quadro nº 5).

Anos	Nº	%
------	----	---

²¹ Estes números são provisórios, uma vez que se trata de uma investigação em curso.

²² Conforme esclarece esta autora, pelo decreto nº 36199, de 29 de Março de 1947, a emigração para o estrangeiro foi suspensa por sete meses, de forma a intensificar as deslocações para as colónias.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

1918-1922	3	1,8
1923-1927	7	4,2
1928-1932	11	6,7
1933-1937	7	4,2
1938-1942	19	11,5
1943-1947	30	18,2
1948-1952	87	52,7
sem identif.	1	0,61

Quadro nº 5 - Evolução numérica das estudantes do sexo feminino provenientes das ex-colónias portuguesas (1901-1951)²³

Fonte: AUC, Certidões de idade |...|

O apuramento das categorias socioprofissionais dos pais das alunas vindas das ex-colónias parece demonstrar que a maioria pertence aos quadros técnicos da administração pública e dos serviços, seguindo-se o comércio. Só muito residualmente é que estão representadas as atividades agrícolas, o que não deixa de contrariar o discurso ideológico que apelava à colonização de base agrícola (Quadro nº 6).

Grupos sócio-profissionais	%
Forças militares	10,9
Administração provincial, concelhia e judicial	24,4
Profissões liberais e magistrados	5,8
Professores (ensino primário e secundário)	4,5
Obras públicas e Caminhos de ferro	2,6
Comerciantes, negociantes e empregados do comércio	21,2

²³ Estes números são provisórios, uma vez que se trata de uma investigação em curso.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 1021747/0871164X/hist8a12

Industriais	0,6
Proprietários	2,6
Agricultores	2,6
Profissões oficinais	4,5
Sem identificação	20,5

Quadro nº 6 - Estrutura socioprofissional dos pais das alunas vindas das ex-colónias (1901-1951) (valores percentuais)

Fonte: AUC, Certidões de idade |...|

No caso específico das primeiras estudantes caboverdianas, a maioria dos seus pais integra os quadros da administração local, sendo profissionalmente especializados, com qualificação académica de nível médio ou superior (Quadro nº 7). Porém, por oposição às restantes colónias em que a maioria dos pais das alunas é constituída por naturais da metrópole, neste caso, os pais das jovens são maioritariamente naturais do arquipélago de Cabo Verde (73,7%) (Quadro nº 8).

Profissões	Nº
Capitão marinha mercante	1
1º sargento infantaria	1
Contador chefe da Autoria Fiscal	1
Ajudante do Regist Civil	1
Empregado público	3
Oficial aduaneiro	1
Médico	1
Enfermeiro	1
Professor oficial	1

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

Negociante	1
Empregado comercial	2
Telegrafista	1
Marítimo	1
Trabalhador	1
Sem identificaç.	2

Quadro nº 7 - Profissão dos pais das alunas de Cabo Verde (1901-1951)

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

	Pai	Mãe	Total	%
Cabo Verde	13	15	28	73,7
Metrópole	3	1	4	10,5
Sem identificação	3	3	6	15,8

Quadro nº 8 - Naturalidade dos pais das estudantes caboverdianas

Fonte: AUC, Certidões de idade [...]

Embora os números sejam pouco significativos, dada a fraca representatividade numérica da base de dados, as informações recolhidas permitem concluir que, durante a 1ª metade do século XX, a maioria das estudantes de Cabo Verde se inscreveu na Faculdade de Letras, tendo como objectivo prioritário a frequência do curso de Ciências Pedagógicas, criado em 1930 pelo decreto nº 18973, o qual habilitava ao ensino liceal (público e privado) e ao desempenho de funções no âmbito da instrução pública (Barroso, 2013: 1180-1184). Em alguns casos, é muito difícil acompanhar as trajetórias académicas, dada a sua descontinuidade, interrupções e alternância com a universidade de Lisboa²⁴. A

²⁴ É o caso, entre outras, de Graciete Geraldina Monteiro Ramos de Sousa que “tendo sido aprovada no exame de aptidão para se matricular em Coimbra com destino ao curso de Filologia Germânica” “foi

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

avaliar por algumas informações contidas nas certidões de idade, algumas estudantes tinham familiares na cidade de Lisboa²⁵. Até ao momento também é difícil determinar se alguma das estudantes habitou ou frequentou a “Casa dos Estudantes do Império”, em Lisboa ou em Coimbra, instituição que teve um papel ativo no movimento anticolonial em Portugal²⁶.

São em número reduzido as estudantes que terminaram as suas licenciaturas, em Coimbra e nos anos imediatos à sua primeira matrícula: casos de Maria do Carmo Antunes Baptista que completaria a licenciatura em Ciências Biológicas a 31 de Julho de 1940, tendo-lhe sido passada carta de curso²⁷, ou de Maria Luísa Ferro Ribeiro que concluiu a licenciatura em Ciências Geográficas, a 28 de Julho de 1961, a quem também foi passada carta de curso²⁸ ou, ainda, de Diana Barbosa, uma das primeiras estudantes licenciadas em matemática pela Universidade de Coimbra, no ano de 1959, tendo, após o termo do curso, ingressado na Congregação das Doroteias, onde se mantinha em 2012²⁹.

Em conclusão:

Nas primeiras décadas do século XX, as universitárias eram, ainda, na cidade de Coimbra, em fraco número, sendo geralmente referidas na imprensa por “galantíssimas *demoiselles*” (Colaço, 1912: 160). No ano lectivo de 1910-1911, no momento em que o número de alunos inscritos era de cerca de mil e quatrocentos, frequentavam a universidade sete alunas. Porém, é precisamente a partir da I República que se começam a registar algumas modificações sensíveis no sentido da igualdade dos sexos, o que não deixa de suscitar reações, tanto mais que as mulheres invadem as carreiras masculinas e se afiguram como concorrentes.

transferida para a Universidade de Lisboa”, (AUC, Livro de matrículas da Faculdade de Letras, 1949-1950, fl. 69).

²⁵ É o caso, entre outras, das estudantes Nídia Barbosa (AUC, Certidões de idade, Cx nº 23) e Maria Dulce de Oliveira Almada (AUC, Certidões de idade, Cx nº 20).

²⁶ De acordo com Pedro Ferreira, a Casa dos Estudantes do Império também tinha alunas (Ferreira, 2012: 468-478, em particular, 475).

²⁷ AUC, Carta de curso.

²⁸ AUC, verbete para impressão de diploma.

²⁹ Agradeço estas informações ao Sr. Dr. João Luís Costa Nunes que tem pesquisado sobre as primeiras matemáticas da Universidade de Coimbra e que, no ano de 2012, entrevistou esta antiga estudante.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

A aceitação dessa nova figura da modernidade que era a estudante universitária, ou antes, como se dizia ao tempo, a “mulher estudante”, não foi fácil nem pacífica, tendo de afrontar numerosas dificuldades objetivas e subjetivas, o que ajudou a potenciar relações de solidariedade. A própria Dionísia Camões diria em 1920, referindo-se à sua condição de aluna da Universidade: “Somos para muita gente (sob o ponto de vista moral) uma verdadeira calamidade, tornando-nos um elemento irritante” (Torgal, 1999: 23).

Subjacente a esse tipo de reações está a reatualização de velhos preconceitos sexistas que associam a mulher que estuda à masculinização e que remontam, pelo menos, ao século XVII, no momento em que Molière alcunhava de *pedantes* as mulheres que tinham veleidades literárias. Já no decurso de oitocentos, eram mais comuns, em Portugal, os epítetos de *sabichona* ou *doutora*, pronunciados em tom de troça ou de sátira (Vaquinhas, 2011: 19-33). O ingresso feminino nas universidades retualiza, por conseguinte, velhos preconceitos bem como a má vontade relativamente à mulher que ousava transcender os limites intelectuais colocados ao sexo feminino, situação que também caracterizava o ensino secundário como identificou Borges Grainha em 1905: "Liceus femininos ! Estas duas palavras, assim unidas, são um tema pavoroso para o nosso meio social acanhado e atrasado. [...] E a razão é simples e concludente. Porque quando se pronunciam juntas aquelas duas palavras, à imaginação da nossa gente, que *não conhece o verdadeiro sentido delas* salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, espécie de ratas sábias, que só falarão de ciências e literatices, incapazes de aturar e tratar crianças, que nunca pensarão nas obrigações do lar doméstico, que terão horror a entrar numa cozinha; numa palavra, mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis (Vaquinhas, 2011: 31-32).

Lentamente, as raparigas invadiam o espaço universitário, até então reservado ao sexo oposto, alterando os costumes, a educação convencional, impondo-se cada vez mais como companheiras de estudo. A descrição, o respeito, a compostura do porte e a decência no trajar são qualidades associadas pela imprensa do tempo a essas primeiras estudantes sempre identificadas por *Senhoras Donas*. Inaugurar-se-á ainda outro tipo de relacionamento entre os estudantes de sexos opostos, baseado na camaradagem e no respeito mútuo, fazendo recuar os amores tradicionais entre os estudantes da Universidade

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

e as tricanas de Coimbra, cada vez mais remetidos para um discurso mítico. A evolução, no entanto, será lenta. Nos anos 1940, em resposta a um inquérito levado a cabo pela revista “Eva” junto de alunas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, subordinado a várias questões, entre as quais, “qual a profissão que mais se adequava à mulher”, as respostas são demonstrativas de uma “visão tradicional”, só se admitindo a sua entrada no mercado de trabalho se a organização familiar em que estivesse integrada não ficasse lesada sem a sua presença (Gomes, 2011: 69-71).

É precisamente a partir dos finais dos anos quarenta que se começa a acentuar o ingresso na Universidade de Coimbra de estudantes vindas das ex-colónias, o que coincide com uma conjuntura política favorável ao desenvolvimento “de uma colonização em detrimento da emigração”, à necessidade de “eliminar nocivas influências desnacionalizantes” (Paulo, 1997: 309), correspondendo também a uma fase em que se “acelera o crescimento das colónias” (Murteira, 1997: 113).

Tornar visíveis as “pioneiras” que ocuparam o espaço universitário de Coimbra, contabilizar a sua presença, acompanhar os seus precursos académicos e avançar com explicações para as suas opções é um processo complexo e que exige o cruzamento de numerosas fontes históricas nem sempre fáceis de manusear e de interpretar. Enfim, uma pesquisa que urge continuar e aprofundar.

Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Certidões de Idade 1901-1925; 1926-1951; 1952-1959

Cartas de Curso

Livros de Matrículas (1949-1954)

Livros de Inscrições (1942-1959)

Fontes Impresas e Bibliografia:

Anuário da Universidade de Coimbra (1938-1942; 1948-1959; 1985-1986), Coimbra, Universidade de Coimbra.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

“A Sra. D. Domitila Miranda de Carvalho vai ser nomeada diretora da Escola D. Maria Pia, em Lisboa” (1905), *Gazeta da Figueira*, 22 de Março.

BALLARÍN DOMINGO, Pilar (2010), “Entre ocupar y habitar. Una revisión historiográfica sobre Mujeres y Universidad en España”, *Arenal*, julio-diciembre, pp. 223-254. [Consulta em 20/03/2015].

Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/1450/1618>.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha (1990), "As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra", *Kalliope, De Medicina*, nº 3, pp. 21-28.

BARRETO, António (1996), *A situação social em Portugal*, Matosinhos, Câmara Municipal.

BARROSO, João (2013), “Ensino Liceal”, Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I: A-E, Lisboa, Assembleia da República-Divisão de Edições, pp. 1180-1184.

CANDEIAS, António (Direção e coordenação); PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia (2004), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

“Caridade regia” (1892), *Instituições Christãs*. nº 3, X Anno, 5 de Agosto, 2ª serie, p. 92.

CARNEIRO, Marinha (2008), *Ajudar a nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (Século XV-1974)*, Porto, Universidade do Porto. [Consulta em 11/04/2017]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?isbn=9728025815>.

CARVALHO, Maria Margarida Mota da Cunha Rego de (2004), *Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.

CARVALHO, Margarida (2012), “Domitilla de Carvalho (1871-1966)”, *Faces de Eva*, nº 27, pp. 69-90.

CASTELO, Cláudia Sofia Orvalho da Silva (2005), *Passagens para a África portuguesa: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (c. 1920-1974)*, Tese de doutoramento, Lisboa, ICS-UL.

COLAÇO, João Maria de Magalhães (1912), “O feminismo triunfa em Coimbra”, in *Ilustração Portuguesa*, 29 de janeiro de 1912, pp. 158-160.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

COSTA, D. Antonio da (1892), *A Mulher em Portugal, Obra posthuma publicada em beneficio de uma creança*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1991), "A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica", *Actas do Congresso História da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)*, vol. 3º, Coimbra, pp. 195-213.

FERREIRA, Pedro Ferreira (2012), "Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime", Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*, Rede de História Contemporânea, IHC e CEIS20, pp. 468-478 [Consulta em 12/02/2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10684>.

GARISO, Henrique Manuel Costa (1999), *O direito no feminino. As estudantes da Universidade de Coimbra durante o Estado Novo (1933-1960)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.

Gazeta da Figueira (1904), 3 de Agosto.

GOMES, Joaquim Ferreira (1987), *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina.

GOMES, Joaquim Ferreira (1991), "Regina Quintanilha: a primeira calouira de Direito", in *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, pp. 57-73.

GOMES, Joaquim Ferreira (1991), "Domitila de Carvalho: a primeira mulher na Universidade de Coimbra", in *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, pp. 35-55.

GOMES, Tânia Vanessa Araújo (2011), *Uma revista feminina em tempo de guerra: o caso da Eva 1939-1945*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra.

GUIL BOZAL, Ana; FLECHA GARCIA, Consuelo (2015), "Universitarias em España: De los inicios a la actualidad", *Revista de Historia de la Educacion Latinoam*, vol. 17, nº 24, Enero-Junio 2015, 128. [Consulta em 02/10/2017]. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v17n24/v17n24a07.pdf>.

GUINOTE, Paulo (1997), *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, CIDM.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

GUINOTE, Paulo J. A. (2003), “A educação no feminino (1900-2000). Discursos, números e olhares”, in Zília Osório de Castro (Dir.), *Falar de mulheres. Da igualdade à paridade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 153-226.

LÉCUYER, Carole (1996), “Une nouvelle figure de la jeune fille sous da III^e République: l’étudiante”, *CLIO*, nº 4, pp. 166-182.

LOPES-VIEIRA, Affonso (1909), “Prefacio”, in Domitilla de Carvalho, *Versos*, Coimbra, F. França Amado, Editor.

MARIANO, Fátima (2011), *As mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, Lda.

MARIANO, Maria de Fátima (2017), *Às urnas. A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)*, Tese Doutoramento, Lisboa, FCSH da UNL, 2017.

MURTEIRA, Mário (1997), “Formação e colapso de uma economia colonial”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 108-130.

NÓVOA, António (1996). “Ensino Superior”, in Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 305-307.

Queima das fitas. 1º Centenário Associação Académica de Coimbra (1987), Coimbra, Associação Académica de Coimbra.

RAMOS, Maria da Luz (2001), “O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar”, in Iolanda Neves e Sónia Pires (Coord.), *Progress - Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Lisboa, pp. 11-24. [Consulta em 23/03/2015]. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/1-MLuzRamos.pdf.

RAMOS, Maria da Luz (2010), “A política de formação de quadros e o capital cultural dos altos funcionários públicos cabo-verdianos” in *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, UTL-ISCSP, Lisboa, pp. 1-20. [Consulta em 10/02/2018]. Disponível em: <https://repositorio.iscte->

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12

iul.pt/bitstream/10071/2391/1/CIEA7_27_RAMOS_A%20pol%C3%ADtica%20de%20formação%20de%20quadros%20e%20o%20capital%20cultural.pdf.

REMÉDIOS, Maria José (2005), “Domitila de Carvalho”, in Zília Osório de Castro e João Esteves (Dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 284-285.

RIAS, Ana Paula (2012), “As reformas impossíveis do marcelismo: o caso Veiga Simão”, in Maria Fernanda Rollo (Coord. Geral), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*, Rede de História Contemporânea, IHC e CEIS20, 2012, pp. 213-222. [Consulta em 12/02/2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10684>.

SAAVEDRA MITJANS, Helena (2016), *Mujeres y Universidad Franquista. Trayectorias vitales, académicas y profesionales*, Tesis doctoral, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona. [Consulta em 12/02/2018].

Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2016/hdl_10803_391036/hsm1de1.pdf.

SANTOS, Cândido dos (s. d.). *A mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, A propósito do Centenário da Formatura das Primeiras Médicas Portuguesas.

SANTOS, Carlos (2000), “Quem são os estudantes da Universidade de Coimbra?”, *Tribuna Universitária*, 9 de Março.

SIMÕES, Manuel Breda (1963), “COSTA de Sousa de Macedo, D. Antonio da (1824-1892)”, in J. Serrão (Dirigido), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I/A-D, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 722.

SOUSA, Maria Reynolds de (1986), “*As primeiras deputadas portuguesas*” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra 20 a 22 de Março 1985, vol. II, Coimbra, IHES – FLUC, pp. 427-444.

STOER, Stephen R. (1983), “A reforma Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) (3º, 4º, 5º), pp. 793-822. [Consulta em 09/02/2018]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>.

Irene Vaquinhas – Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas – *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12*

TORGAL, Luís Filipe (1999), *Dionísia Camões e Mendonça (1896-1984). Um percurso católico no feminino*, Trabalho elaborado para a cadeira *As mulheres na Sociedade Contemporânea: História Comparada*, Coimbra, FLUC.

VAQUINHAS, Irene (2005), "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in *Nem Gatas Borracheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

VAQUINHAS, Irene (2011), "Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX", in *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, 2ª edição, Lisboa, Colibri, pp. 19-33.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1994), *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, Edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional.